

O ESTABELECEER DE PONTES ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Teresa Cruz e Silva

Entrevista a Carlos Arnaldo¹⁸¹

As opiniões contidas nos textos e narrativas, que fazem parte deste livro, expressaram de diferentes formas as experiências e análises feitas por cada um dos protagonistas, quer no tratamento da história da instituição, quer no levantamento de questões de carácter metodológico e ensinamentos, ou ainda, no rebuscar de memórias. São esses olhares diversos, que fazem a riqueza deste conjunto de textos, que reflectem a origem e o desenvolvimento do Centro de Estudos Africanos (CEA).

Muito embora não seja intenção dos organizadores deste livro fazer a história da instituição, não se pode ignorar que em 2016, quando o CEA celebrou os quarenta anos da sua fundação, os debates realizados estabeleceram a ligação passado-presente-futuro, tendo em conta que a herança intelectual deixada por um centro, com um passado notável, quer no que respeita a uma produção científica engajada na resposta aos problemas nacionais, quer ainda na formação de uma geração de académicos, não se reproduz de forma rígida nem linear. Assim como, os contextos dos meados dos anos 1970 e das décadas de 1980-90 contribuíram para orientar as linhas de pesquisa e a estruturação deste centro, o tecido social, que envolve as instituições de pesquisa hoje, não pode ser ignorado.

Os debates realizados na conferência de celebração dos quarenta anos do CEA em 2016 trouxeram um manancial de questões para reflexão. Protago-

¹⁸¹ Carlos Arnaldo, demógrafo de formação, é Director do Centro de Estudos Africanos (CEA) desde 2015, tendo anteriormente desempenhado as funções de director adjunto para a pesquisa da mesma instituição (2007-2015).

nizaram estas falas, antigos professores, estudantes e ex-directores do centro, entre 1976 e a década de 2000, mas também a nova geração de pesquisadores e membros da direcção da instituição. Ao longo dos debates, Sérgio Vieira, que foi director do CEA depois da morte de Aquino de Bragança (1987-1992), afirmou:

Revivemos de memórias, sejam dos países ou das pessoas, porque temos um passado, um presente e um futuro. Se deixarmos cair aquilo que aprendemos estamos a deixar que as folhas sejam arrastadas pelo vento. Precisamos de saber de onde viemos e como chegámos até onde estamos hoje.

Com estas palavras, Vieira pareceu querer resumir a necessidade de construir pontes entre os três momentos, que ligam o passado ao futuro, que deve ser imaginado e preparado no presente, pelo que as lições do trabalho realizado devem ser objecto de reflexão. Pode-se, pois, dizer que esta foi uma opinião partilhada por diversas gerações, no decorrer da conferência de 2016.

A entrevista, que se segue, ao director do Centro de Estudos Africanos em 2019, Carlos Arnaldo, aborda algumas das questões largamente debatidas durante a conferência de 2016, já que, embora tratando-se de uma entrevista aberta, as questões iniciais orientaram a discussão para a relação passado-presente-futuro, permitindo assim visualizar até que ponto as lições do passado podem ajudar a desenhar os caminhos seguintes. Inserida num capítulo, que pretende encerrar um debate levantado pelos textos anteriores, uma leitura atenta desta entrevista mostra que muitas das questões que se levantavam nos anos setenta, oitenta e noventa do século XX, continuam a ser objecto de discussão hoje, mesmo que, com enfoques diferentes, dada também, a diferença do seu enquadramento sócio-político e social e o papel que as instituições de ensino superior desempenham actualmente no continente africano.

A propósito do papel das universidades e ainda durante a conferência de celebração dos 40 anos do CEA, Maria do Céu Reis¹⁸² “colocou o dedo na ferida” quando abordou a importância da criação de um espaço de investigação nas nossas universidades, para que o professor não seja apenas um “rotineiro do saber” mas que seja também criador, o que só se consegue com pesquisa. Trata-se de uma questão de debate actual, como testemunha a entrevista a Carlos Arnaldo. Em países pobres como Moçambique, a questão da formulação de temas de pesquisa e a divulgação de resultados, o acesso à informação científica e o papel do Estado no desenvolvimento da educação, continuam ainda a ser temas candentes.

182 Maria do Céu Reis é docente aposentada da Universidade Agostinho Neto. Trabalhou em Moçambique durante vários anos, tendo entre outras funções desempenhado o papel de pesquisadora do CEA e docente da UFICS-Unidade de Formação e Investigação na UEM.

Uma das questões marcantes para estabelecer a ligação entre o passado e o presente foi levantada por Bridget O’Laughlin,¹⁸³ quando propôs para debate o que ela classificou como um tema clássico das Ciências Sociais: “O relacionamento entre os investigadores e o poder político”,¹⁸⁴ a partir da experiência do centro desde os anos 1970 a 90. Trata-se de um ponto, que de forma directa ou indirecta, foi abordado por todos os participantes, já que continua a fazer parte das preocupações dos académicos, sobretudo quando se discutem memórias e a importância de um “pensamento autónomo... e, a aproximação entre o campo político e científico... numa altura em que a mundialização põe em causa o Estado e a sua autonomia... e onde cada indivíduo é transformado em força de trabalho e num consumidor” (Maria do Céu Reis, 2016).

Os debates realizados serviram também para dissimular algumas pré-suposições sobre a suposta relação “quase perfeita” entre o centro e os representantes do Estado moçambicano, mostrando, no entanto, que ao contrário do que sucede hoje em dia em Moçambique, como em outros países, nos anos 1970, a “investigação fazia parte do espaço público” (Anna Maria Gentili 2016). Foi também pela voz de Anna Maria Gentili¹⁸⁵ que se colocou sobre a mesa de debate a questão de repensar a experiência do CEA para o estabelecimento de modelos de investigação, que se adaptem a situações de crise financeira,¹⁸⁶ tentando estabelecer uma ligação entre as instituições de pesquisa e as organizações que realizam pesquisa não académica, fazendo também uma diversificação dos temas de investigação.

Na entrevista, que se segue, conduzida por Teresa Cruz e Silva, retomam-se questões levantadas pelos participantes à conferência de 2016, como: produtividade, pesquisa colectiva, relação entre campo político e campo científico, financiamento à pesquisa numa universidade pública e o papel dos pesquisadores numa universidade.

183 Bridget O’Laughlin trabalhou no Centro de Estudos Africanos entre 1979 e 1992. Durante esse período foi também docente das Faculdades de Agronomia e Veterinária da UEM. Presentemente, é pesquisadora convidada do IESE - Instituto de Estudos Económicos e Sociais, em Maputo.

184 As questões levantadas por Maria do Céu Reis, Bridget O’Laughlin e Anna Maria Gentili inseridas na introdução a esta entrevista, referem-se aos debates às intervenções realizadas quer nas mesas-redondas quer durante a conferência organizada em 2016 pelo CEA, em Maputo, para celebrar os 40 anos da sua fundação.

185 Anna Maria Gentili é Professora Catedrática jubilada da Universidade de Bologna, na Itália. Chegou a Moçambique em 1978, vinda da Universidade de Dar-es-Salaam, para trabalhar como pesquisadora e professora do CEA. Foi ainda colaboradora da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos da População da UEM.

186 Uma leitura atenta a alguns textos inseridos neste livro mostra que a questão dos financiamentos à pesquisa nem sempre foi “um mar de rosas” nos tempos mais prósperos do CEA.

Acompanhe a entrevista:

Teresa Cruz e Silva (TCS) - Muito obrigada por ter aceite participar nesta conversa sobre o Centro de Estudos Africanos (CEA). As questões que gostaríamos de discutir consigo, de forma global, visam perceber até que ponto o CEA de hoje tem uma ligação com um passado (mais lato) que vai da sua formação em 1976 até inícios de 2000, mais precisamente, a partir de 2002/3, altura em que se verificaram algumas mudanças que podemos considerar radicais, em termos de perfil intelectual e percurso profissional dos investigadores que passaram a dirigir o centro, e uma mudança em termos de agenda de pesquisa. Tratando-se de uma entrevista aberta, à medida que for expressando as suas opiniões, poderei fazer algumas perguntas.

Carlos Arnaldo (CA) - A primeira parte da sua questão, é complexa, porque trata de mudanças. Se calhar, é muito difícil dizer que mudou daqui para ali. Penso que há uma dinâmica ... e essas mudanças são contínuas. Creio que essas mudanças reflectem um processo de adaptações, que o Centro (CEA) tem estado a fazer. Acompanhei de longe até aos anos 2000, mas, por aquilo que conheço dos documentos, o centro tem estado a fazer uma transição, uma grande transição. No momento em que [o CEA] tinha protagonismo e também tinha um foco mais colectivo, que era alicerçado numa melhor sustentação de recursos, se calhar, não só financeiros, para além do fruto daquilo que conquistou, mas também do lugar em que era colocado. Era um lugar de destaque, em termos de valorização daquilo que se fazia. Muito pelo mérito, mas também, reflectindo a génese da criação da instituição e da forma como o Estado colocava confiança no centro, a que este soube corresponder. Confiava! Se calhar, o apoio financeiro resultava dessa confiança, desse reconhecimento e, do mérito que teve. À medida que surgiram mudanças a nível da organização do Estado e que foram também ocorrendo na universidade, esse reconhecimento foi-se diluindo e o centro foi confrontado com uma situação em que teve que se adaptar, por um lado, à ausência de um suporte, digamos assim ... moral, e financeiro, por outro, quer da universidade quer de fora dela. Isso estava associado ao suporte de recursos, o que terá afectado o foco colectivo na agenda de investigação do CEA. Então, este foco colectivo foi-se diluindo aos poucos, à medida que o centro se foi adaptando a novas situações.

Ao longo destes anos em que se fala de uma agenda individualizada, esta pode não ser vista de forma tão individualizada. É que a adaptação que era necessária, quando não se tinha um suporte (sobretudo financeiro) para fazer uma agenda colectiva, levou a que os investigadores tivessem que encontrar formas [de trabalho] que, numa primeira fase, estiveram alicerçadas às alianças que vinham sendo criadas, à medida que o centro foi apoiando investigadores de

outros países, que ao regressarem [aos seus países de origem] mantiveram essas ligações, que perduram até hoje. Então ... podemos dizer que o centro vive ainda um processo de adaptação.

As mudanças no centro também não foram alicerçadas, mas alimentadas quer pelas mudanças na direcção, quer no perfil dos seus investigadores e na mudança das gerações que tinham, até então, toda aquela estrutura de funcionamento do centro [do passado]. Assim, à medida que foram chegando pessoas externas, sem aquele perfil dos que tiveram as vivências do passado, daquele período, introduziram-se algumas novas visões. Mas porque eles [os externos] não beneficiaram dessa bagagem e desse legado [do passado], dificilmente se poderiam alicerçar nele. Por isso, essas mudanças continuam a ocorrer, embora se mantenham, mesmo que de forma ténue, algumas influências do passado.

Vivemos um período que no seu todo pode ser conturbado. Desde finais dos anos 1990 que não temos um Plano Estratégico, sendo ainda importante mencionar que nessa época havia uma visão produtiva. É, no entanto, importante referir que, embora não tenhamos um Plano Estratégico com acções de médio e longo prazo, o CEA orienta-se através de planos anuais e bienais. O que temos tentado fazer nos últimos anos é olhar para o passado, projectando o futuro. Quero dizer... Nós queremos manter o legado de uma visão colectiva de investigação, mas num contexto diferente. Este é que tem sido o desafio. Aproveitar o que de bom havia no passado. Mas o desafio se coloca na questão da forma como chegaremos lá. Trata-se de um desafio dos últimos anos, sobretudo com as três últimas direcções.¹⁸⁷ Não noto aqui ainda grandes mudanças de foco, mas há já algumas *nuances* que nos mostram como poderemos chegar lá.

Notamos já, que houve uma mudança no perfil dos investigadores. Bom ... no passado, havia o perfil do investigador interdisciplinar... mas com uma tendência para uma abordagem diversificada, em termos de ciências sociais e humanas. Então, à medida que vamos admitindo novos pesquisadores, com outras visões, voltamos a colocar a questão de uma visão colectiva, tendo em conta que estamos num contexto diferente. Desde que estou aqui no centro (2007), um pouco mais de 10 anos... temos procurado encontrar um novo rumo, mais estável, como tínhamos no passado. Mas trata-se agora de um contexto onde é preciso encontrar recursos. Mas temos também uma situa-

187 Entre 2002 e 2019, o Centro foi ditigido por: Marcelino Liphola (2002-2007), linguista; Armin-do Ngunga (2007-2015), linguista, coadjuvado por Carlos Arnaldo (demógrafo) e Cristiano Matsinhe (antropólogo); Carlos Arnaldo (desde 2015), coadjuvado por Cristiano Matsinhe e Suzana Maleane (Documentalista).

ção em que tivemos, e ainda temos, que lidar com a perda de investigadores seniores que foram ou estão a entrar na reforma, contando ainda com o facto de outros terem sido chamados a desempenhar outras tarefas dentro do país. São desafios enormes a enfrentar, por isso estamos a fazer a formação dos mais jovens. Esses desafios incluem ainda uma conjuntura diferente da que caracterizou os primeiros 10 ou 15 anos do centro, ou seja, era um período em que o grau de comprometimento e de tempo disponível dos investigadores para realizarem a agenda do CEA era maior. Hoje, esse comprometimento e tempo disponível vai diminuindo, em parte, talvez porque as condições sejam diferentes e porque estão muito aquém daquilo que os investigadores ambicionam. Eles têm que dividir o seu tempo entre o trabalho do centro e outras actividades. Isso é um desafio para que se consiga alcançar o foco colectivo que o centro foi perdendo.

Sobre o futuro.... o futuro que está a ser perspectivado, é o mesmo. É voltar a uma agenda colectiva, como no passado, mas integrada num novo contexto. Isso significa que é preciso introduzir práticas novas que precisam ser adquiridas. E essas mesmas práticas devem incluir a componente de busca por financiamento para alimentar essa agenda. Então, essa tem sido a dificuldade. Temos o apoio dos membros do centro, mas essa agenda colectiva terá que ser alicerçada em recursos. É preciso fazer propostas que sejam financiáveis. Neste contexto actual, as agências financiadoras têm fundos, que, por vezes, se sobrepõem aos interesses do centro. O grande desafio neste campo, é conseguir encontrar um balanço entre os interesses das agências financiadoras e os nossos interesses. Isso exige um exercício de engenharia para resolvermos as aspirações dos dois lados.

O caminho para alcançarmos o que desejamos consiste em fazer um Plano Estratégico em que estejam definidas as nossas linhas de investigação, dentro do que são as linhas da Universidade Eduardo Mondlane. Esse trabalho está quase finalizado e precisamos de implementar o Plano. É, no entanto, necessário perseguir uma agenda institucional colectiva de investigação, criando um desenvolvimento institucional que permita o fortalecimento da instituição em termos de recursos humanos e outros.

Chegámos a um acordo com os investigadores que o programa de investigação deverá ter três focos, que foram definidos: por um lado, olhar para uma alternativa de agregação, mas por outro, tendo em conta os perfis dos investigadores. Este é um desafio que é preciso não esquecer, dada a idade de alguns pesquisadores e a necessidade de fazer novos recrutamentos. De todos os anúncios de recrutamento feitos até agora, dando prioridade a indivíduos com doutoramento, só foi possível recrutar um doutorado recém-formado. Isso significa que as condições que oferecemos não são atractivas para recrutar doutorados.

TCS: Não há tantos assim, no país.

CA: Não há tantos, mas também as condições que oferecemos não são atractivas. Daí a nossa estratégia de formar. Numa primeira fase recrutámos licenciados, e há cerca de cinco anos a partir do grau de mestre, para depois fazerem formação. Neste momento, temos metade dos nossos investigadores com Doutoramento e a outra metade com Mestrado, está em processo de formação para Doutoramento.

Voltando ao que eu estava a dizer... estamos a tentar organizar a agenda de investigação, que ainda não está definida, em torno de três linhas: i) territorialidade, população e saúde; ii) identidade, memória, cidadania e governação; iii) linguagem, arte e comunicação. Estas são as três grandes áreas de investigação que nós queremos seguir nesta agenda de investigação, cujo objectivo é elaborar programas de investigação, sendo que, dentro destes programas deverá haver projectos de investigação.

O plano que temos é elaborar essa agenda de pesquisa depois de termos o Plano Estratégico, e sermos capazes de “vender” essa mesma agenda. Se tivermos sucesso nessa “venda” então teremos condições para regressar a uma agenda de investigação colectiva, como se fez no passado. Não queremos com isso coartar aquilo que são as iniciativas individuais, que podem ser importantes para a descoberta de novas áreas de investigação, privilegiando os parceiros de algumas universidades de fora, com quem temos estado a construir aquilo que perspectivamos.

Temos um documento quase final do Plano Estratégico, que esperamos ver aprovado pela Universidade na primeira metade deste ano, já que a nível do centro ele estará pronto dentro de um mês. Depois desse passo, poderemos pensar na elaboração da agenda colectiva.

TCS: Começando pela questão do financiamento e a questão que colocou no início. Nos primeiros anos deste centro o apoio financeiro foi também o resultado de reconhecimento. Mas aí eu colocaria a seguinte questão: O próprio contexto em que o centro nasceu, mais do que a confiança, não foi um ponto fundamental para trazer financiamento?

Porque o financiamento não era feito pelos órgãos do aparelho de Estado, pergunto agora: pensando num futuro em que se considera que essa agenda de investigação possa ser atractiva e que possa garantir um centro com os quadros que deseja, etc, etc. Tendo em conta o contexto que se vive actualmente, que afecta não só o CEA mas outros centros de pesquisa ... parece não ser tão fácil obter fundos para a pesquisa, como nos anos do entusiasmo pós-

-independência, sobretudo para financiamento institucional, tipo *basket fund*, que permite à instituição sobreviver. Como vê isto, pensando no futuro?

A outra questão é em relação ao passado-presente-futuro. É verdade que neste centro, no passado, a maior parte dos pesquisadores mais qualificados e, na maior parte dos casos nos primeiros anos, eram estrangeiros, não ensinavam em outras unidades da UEM. Depois, estabeleceu-se uma relação com algumas faculdades da UEM. Ou seja, o centro transformou-se num lugar onde as pessoas mais qualificadas passaram a ser da carreira docente, como ainda acontece hoje. Como a universidade tem uma agenda para se transformar em universidade de investigação, embora pessoalmente pense que uma universidade que não investiga em lugar de ser uma universidade é um instituto superior (mas é apenas a minha opinião), como o centro se vê no futuro em relação a esta questão? Não seria isto uma mais-valia até para melhorar a qualidade de ensino? Pensando também na ligação passado-presente e como disse o Sr. Director, o passado não deve ser visto como uma herança estática. Como disse também, há evoluções e mudanças, já que os contextos são diferentes. Qual a sua opinião sobre esta relação ensino-pesquisa, numa situação em que quase todos os pesquisadores fazem ensino, mas vamos lá dizer, para alguns, como segundo emprego nas universidades privadas, se exceptuarmos os mais seniores.

A última questão é: como vê o facto dos pesquisadores que entram hoje no Centro precisarem de uma formação, mas talvez mais forte e estruturada de forma diferente da que receberam as pessoas da sua geração, tendo em conta o historial do processo educativo do país e as suas fraquezas, não é?

CA: Vou começar por comentar a primeira questão. É verdade que a génese do centro ajudou muito, mas também considero que esses financiamentos se deveram ao que se fez. Isso foi no início ... mas se olharmos para aquilo que o centro fez posteriormente, ganhou reconhecimento pelo que fez e não necessariamente pela sua génese. [O efeito da] génese pode ter durado alguns anos ... Em relação ao contexto actual e como podemos encontrar financiamento num ambiente cada vez mais difícil para obter fundos, temos que pensar num programa de investigação que seja financiável, o que significaria ter recursos para prosseguir a investigação dentro do mesmo programa, mas também podermos utilizar esses recursos para fortalecer a instituição como mecanismo de apoio à investigação. Teremos também que encontrar uma forma de aumentar os salários e permitir que haja um subsídio [aos pesquisadores].

Na questão da docência... há um ponto importante que tem estado nas discussões, mesmo ao nível da universidade. Quando estamos a discutir a baixa produtividade docente, é tomada por default a baixa produtividade do CEA,

porque estatutariamente o CEA tem somente que fazer investigação. Então se espera que, sendo uma instituição vocacionada a 100% para a pesquisa, ela deva ter uma maior produção científica. Agora, o paradoxo é que todos os investigadores seniores são professores de carreira. Então, sendo professores de carreira têm a obrigação de fazer essa parte de docência. Se olharmos para a carga de docência e supervisão desses professores, que são investigadores do centro, não há uma diferença na carga horária entre estes e os que estão numa faculdade. Daí poderemos dizer que se trata de um centro de pesquisa de nome, mas todo o mecanismo de funcionamento é de uma faculdade. Por outro lado, há uma outra batalha, iniciada ainda de leve. Se olharmos para a estrutura orçamental do CEA, esta não difere da estrutura de uma Faculdade. Não é de um centro de investigação.

TCS: Menor ainda...

CA: Não, não estou a falar do bolo orçamental. Falo da estrutura. Estamos num centro de investigação, mas em termos de forma de financiamento, não estamos a ser tratados como tal. Só para dar um exemplo: desde 2012 que temos colocado regularmente no nosso plano de actividades ... inscrevemos projectos de pesquisa, mas nunca conseguimos financiar esses projectos (mesmo quando são pequenos), com os fundos do Orçamento Geral do Estado (OGE). Foi em 2014 que nos debatemos muito [sobre este assunto]. O que nos disseram era que os nossos pesquisadores deviam submeter os seus projectos ao Fundo Aberto de Investigação da Direcção Científica da Universidade, como qualquer Faculdade ou Escola o faz. Então ... não há nenhuma diferença no tratamento, dentro da universidade. Posso dar outro exemplo. Nós temos um orçamento para a aquisição de bens e serviços. Tentámos obter uma margem de manobra para podermos dedicar parte desse orçamento para financiar pequenos projectos de jovens investigadores. Afinal, alguns deles com 100.000.00 Mts resolviam parte do seu projecto. Mas nem isso tem sido possível. Infelizmente, quando estávamos quase a ter a sensibilidade do director de finanças entrou a crise e houve um corte drástico no orçamento e ficámos sem esta possibilidade. Isto, para dizer que o CEA é uma unidade de investigação, estatutariamente, mas em termos de funcionamento e na estrutura, dentro da universidade, não o é, porque a estrutura do nosso orçamento é exactamente igual a de uma Faculdade.

Por outro lado, há também uma diferença entre prestígio e benefício que se tem nas carreiras de docência e de investigação. Uma das soluções [para resolver esta questão] seria que os docentes que estão no centro pudessem passar para a carreira de investigação. Teriam menos obrigações na parte do ensino. Mas a carreira de investigação não é atractiva e não temos um movimento de mudança para ela. Mas temos um movimento inverso em que o investigador passa para a carreira docente. E por outro lado, nos últimos anos, com a

abertura dos cursos em regime pós-laboral, o que temos estado a ver é que os investigadores estão não só a apoiar a docência no período laboral, mas estão cada vez mais envolvidos no regime de ensino pós-laboral, pelos benefícios financeiros que recebem. Ficam assim, efectivamente, com pouco tempo para se dedicarem à investigação. E temos ainda recebido solicitações para que os membros do Corpo Técnico-Administrativo (CTA) com nível de mestrado sejam autorizados a dar aulas. Como é que podemos resolver isto?

Há duas frentes, uma delas interna, uma vez que temos tentado levar à discussão a nível interno, para aproveitar este desejo, ou esta vontade ... que temos para que a Universidade passe a universidade de investigação. Para passarmos para universidade de investigação, temos que olhar para os centros vocacionados à investigação. E esses centros terão que ser tratados de forma diferente e não como acontece agora, em que são tratados como faculdades. Temos tentado levar este ponto a discussão, mas ainda não temos resultados. Mas achamos que este novo rumo a dar a uma universidade de investigação pode abrir portas aos centros para que estes possam ter uma estrutura orçamental diferente. Não estamos a dizer que queremos ser financiados a 100% pelo OGE. Mas desse orçamento que recebemos, queremos que a estrutura nos permita ter maior flexibilidade para operacionalizar a investigação, ao mesmo tempo que nos capacitamos para conseguir fundos fora do Aparelho de Estado. É desta forma que estamos a pensar. Sabemos que é um enorme desafio, mas tendo a maior parte dos nossos investigadores formados, com Doutoramento, então podemos pensar em ter algumas capacitações.

Parecendo que não, muitos de nós, porque fizemos um doutoramento, pensamos que sabemos elaborar propostas. Mas a própria prática nos ensina que não somos tão bons assim. Reconhecemos que essa é uma das nossas fraquezas dentro do centro. Ou seja, a fraca capacidade para preparar propostas para financiamento. Uma melhor capacitação nessa área permitir-nos-á ter mais sucessos.

TCS: A última questão: Tomando em consideração o que disse sobre o futuro do CEA, como vê a questão das publicações? Sei que é um ponto delicado aqui no CEA por causa da questão da revista "Estudos Moçambicanos", uma vez que esta era praticamente um capital social, mais do que qualquer outra coisa.

Pensando um pouco no passado, acho que de certo modo, a "morte" da revista se deveu à opção que se tomou de colocar o seu financiamento dependente do OGE em lugar de se fazer um fund-raising para a sua publicação. Isso matou a revista, já que o OGE não tem condições, provavelmente, nem para financiar a própria revista da UEM (isto é apenas a minha opinião). Se

considerarmos que no passado o CEA foi um lugar de produção científica onde publicar era muito importante, como vê a questão de “Estudos Moçambicanos”, e no geral, das publicações, pensando nos desenvolvimentos futuros?

CA: Eu tenho uma opinião diferente em relação à revista. Acho que em 2014... 13/14... fui um dos defensores da revista e fiz muito para que nós pudéssemos voltar a publicar “Estudos Moçambicanos”. E o fizemos numa única edição, mas a segunda foi muito atabalhoada e fizemos uma edição quase especial com o projecto da Professora Isabel Casimiro, sobre estudos da mulher. E defendi muito a revista ... que era um legado ... Mas a evidência prática acabou-me convencendo que não precisávamos da revista. Porquê? Na altura reintroduzimos a revista com discussões muito ferozes com a Direcção Científica da Universidade, que estava a criar a revista científica da UEM, que teve como pressuposto que todas as revistas que existiam ... havia algumas na Faculdade de Ciências, pudessem ser agregadas na Revista Científica da UEM, com as diferentes séries.

TCS: Faz parte da história, já que no passado havia essa modalidade aqui na universidade.

CA: Tivemos discussões muito acaloradas com a direcção científica da UEM, para reiniciarmos a publicação do número 23. Na prática, primeiro tivemos problemas com o número de contribuições, depois com o retorno da revisão de pares. Na altura, queríamos uma revista semestral, mas não conseguimos fazê-la no semestre programado. No semestre seguinte, ainda não tínhamos submissões suficientes. Quando estas chegaram, os revisores atrasaram-se muito a entregar o seu trabalho. Estes problemas persistem na própria revista da UEM. Como exemplo poderemos referir que, na última conferência científica do CEA, conseguimos ter 20 artigos para submeter à revista da UEM para uma edição especial. Passou quase um ano desde que foram enviados à revisão de pares e nem todos têm relatórios da revisão.

TCS: Talvez seja o próprio sistema ou as pessoas que são indicadas para a revisão de pares e, os prazos.

CA: A dinâmica que o centro tinha no passado, alimentava a revista “Estudos Moçambicanos”, o que já não existe hoje. Por outro lado, estamos a ser confrontados com a necessidade da avaliação e internacionalização do que fazemos. Então, tendo em conta os constrangimentos diversos, incluindo os orçamentais (embora na altura não se colocassem constrangimentos orçamentais), para a produção da revista, podia até se fazer uma revista electrónica, com custos mais baixos. A questão de ter de publicar em revistas indexadas dá maior prestígio ao centro. Assim, pessoalmente, acho que não precisamos de

perder muito tempo em querer ter uma revista, já que não vamos garantir a sua consistência. Provamos que não conseguimos garantir a consistência de uma publicação regular. Não temos produções nem revisões prontas em tempo útil ... então, se conseguirmos fazer investigação e publicar na nossa revista [da UEM] ou em outras, isso dá-nos mais prestígio do que fazer finca-pé no legado histórico, como eu fiz, mas acabei por abandonar a ideia da revista. Talvez porque eu tivesse que gerir esta parte, vivi estas angústias. Penso que se há uma coisa que “anda aos pontapés”, é um lugar para publicar, bom ou mau.

TCS: Depende do nome da pessoa ...

CA: Exactamente. E vamos seleccionar. Não temos falta de lugar para publicar se a investigação for de qualidade. Esta é a minha convicção. Ainda não encontrei quem me provasse o contrário. Mesmo em Português, temos revistas que podem publicar [os nossos trabalhos] em Portugal, no Brasil, e mesmo aqui na nossa revista [da UEM].

TCS: Aí volto ao passado e regresso ao presente. Um texto publicado por Bragança e Depelchin,¹⁸⁸ sem o mencionar directamente, trata da produção extrovertida. Se produzirmos para publicar em Portugal ou no Brasil, significa que estamos a fazer uma produção extrovertida. O que é que isso significa em termos do Centro de Estudos Africanos? Essa publicação pode ser importante para a carreira do investigador, mas não traz nada ao de cima para o nome do centro.

CA: Aqui é possível ter um balanço. Podemos publicar de forma electrónica alguns working papers, bem trabalhados e revistos. Assim, conseguiríamos publicar fora sem perdemos a visibilidade do centro a nível nacional. Publicar fora, em revistas indexadas, individualmente é óptimo, mas também o é para a classificação institucional. Estamos neste momento a discutir os critérios e indicadores de avaliação das instituições e este ponto é levantado. Se conseguirmos publicar os working papers conseguiremos minimizar o problema de servir o exterior em detrimento dos interesses internos.

A nível interno parece ter havido uma regressão no que respeita à importância do trabalho de investigação, sobretudo quando falamos da importância que o Estado dá à pesquisa. Na criação do CEA foram feitos vários investimentos para que a produção científica do centro sobre a realidade nacional sócio-política, pudesse ser continuamente uma resposta a questões colocadas pelo

188 Bragança, A. e Depelchin, J. (1986). “ Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos* 15/16: 29-52.

Governo e para alimentar alguns programas e planos políticos. Hoje, existe a ideia que, só quando é preciso se pede uma pesquisa rápida, mas não há uma preocupação com o facto de que, para obter uma resposta a alguns fenómenos é necessário não esquecer que a pesquisa é um processo que tem que ser continuado, e que nem sempre pode dar respostas imediatas. Mesmo em relação ao Fundo Nacional de Investigação (FNI), parece que são privilegiadas certas áreas de conhecimento, sobretudo aquelas que apresentam resultados “palpáveis”, como por exemplo, a produção de pão. É necessário levar esta questão à reflexão da UEM.

Persiste também a confusão entre consultoria com resultados rápidos e investigação. Nas áreas sociais, a procura de resultados rápidos parece ser ainda mais preocupante, já que perceber algumas realidades sociais exige tomar em atenção que, muitas vezes, o investimento em tempo, que o rigor exige, é necessário para trazer resultados mais fiáveis. Pela pressão e pelo aproveitamento da oportunidade de aparecer com resultados, muitos pesquisadores acabam “mordendo a isca” para a produção rápida de um trabalho, que pode ferir os princípios básicos do que se entende por pesquisa.